

Expediente: OF. 10/2013  
Processo: nº 0007478-8/2013  
Requerente: Drs. Fernando Cavalcanti Mattos, Humberto da Silva Graça e Maurílio Sérgio da Silva  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Ao DEMPAM. Segue para as providências necessárias.  
Expediente: OF. 015/2013  
Processo: nº 0007797-3/2013  
Requerente: Dra. Regina Coeli Lucena Herbaud  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À Gerência de Compras. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF. 031/2013-  
Processo: nº 0008258-5/2013  
Requerente: Dr. Marco Aurélio farias da Silva  
Assunto: Solicitação substituição  
Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Of 0103/2013  
Processo: nº 006827-5/2013  
Requerente: Dr. Walkis Pacheco Sobreira  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: OF. 048/2013  
Processo: nº 0007948-1/2013  
Requerente: Dr. Diego Albuquerque Tavares  
Assunto: Encaminhamento  
Despacho: Publique-se. Arquive-se.

Expediente: OF. 104/2013  
Processo: nº 0006861-3/2013  
Requerente: Dra. Christiana Ramalho Leite Cavalcante  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP para pronunciamento.

Secretaria Geral do Ministério Público, 26 de fevereiro de 2013.

**CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA**  
Secretário Geral do Ministério Público

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SRP**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2013**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013**

Considerando as atribuições dispostas no art. 73, inciso XVII da Resolução RES-PGJ n.º 001/2006, de 17 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado de 18/01/2006, e suas alterações posteriores, e a Resolução RES-PGJ n.º 009/2007, de 17/09/2007, publicada no Diário Oficial do Estado de 18/09/2007, **HOMOLOGO**, nos termos do art. 4º, inciso XXII da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e inciso V do art. 4º e art. 11 do Decreto n.º 34.314/2009, acolho o julgamento da Pregoeira, no PROCESSO LICITATÓRIO N.º 007/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2013, tipo Menor Preço por Item, para contratação de serviços de hotelaria (hospedagem, alimentação, locação de espaço e de equipamentos de informática, de imagem e de som) para a realização das Oficinas de Sensibilização e Capacitação para Enfrentamento ao Racismo Institucional, nas Cidades de Garanhuns, Gravatá e Petrolina, objeto de convênio entre a PGJ e a SEPPIR - da Presidência da República, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Anexo I - Termo de Referência, parte integrante do Edital; HOMOLOGO o referido certame às Empresas:

- **HOTÉIS E TURISMO DO NORDESTE LTDA-EPP**, para o **item I**, com o valor global de **R\$ 28.640,00**(vinte e oito mil seiscentos e quarenta reais).

- **SIAGRA-SOCIEDADE INDUSTRIAL AGOPECUÁRIA DE GRAVATÁ LTDA** para o **item II**, com o valor global de **R\$ 31.900,00** (trinta e um mil e novecentos reais).

- **item III** - DESERTO.

Recife, 26 de fevereiro de 2013.

**CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA**  
Promotor de Justiça  
Secretário Geral do Ministério Público

## Promotorias de Justiça

**12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL  
NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**

**PORTARIA Nº 019/2013**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio do 12º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998: **CONSIDERANDO** o disposto no caput do artigo 127, da Constituição Federal, segundo o qual o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público cumpre a função de defesa do Meio Ambiente, dos Interesses Difusos e Coletivos, da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais Individuais Indisponíveis;

**CONSIDERANDO** o teor de notícia e fotografias divulgada nas redes sociais, dando conta que, na Faculdade Maurício de Nassau, localizada no Bairro das Graças, o estacionamento está ocupando área pública, correspondente a uma rua, havendo indícios de que no local, há depósito irregular de resíduos sólidos e outros possíveis danos ambientais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de averiguar lesão ou ameaça a bens de natureza ambiental no caso em questão;  
**CONSIDERANDO**, enfim, as atribuições desta Promotoria, **RESOLVE INSTAURAR** o presente **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**, nos moldes da lei e, por oportuno, determinar as providências seguintes:  
1 - registre-se e autue-se;  
2- junte-se a documentação existente aos autos;  
3 – requisite-se à DIRCON, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SEMAM) e EMLURB que compareçam ao local, adotando as providências necessárias no âmbito do seu poder de polícia administrativo em relação a todas as irregularidades encontradas, encaminhando relatório circunstanciado a esta Promotoria, no prazo de 15 (quinze) dias.  
4 - nomeação do servidor Rógeres Bessoni e Silva para o exercício da função de secretário-escrevente;  
5 – encaminhe-se a presente Portaria, por meio magnético, à Secretaria Geral do Ministério Público, para a devida publicação no Diário Oficial do Estado, ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente para fins de conhecimento.

Recife, 15 de fevereiro de 2013.

**BELIZE CÂMARA CORREIA**  
Promotora de Justiça  
Exercício Cumulativo

**10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL  
TUTELA DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL**

**RESOLUÇÃO Nº 007/2013**

A **10ª Promotoria de Justiça da Cidadania com Atuação na Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais desta Capital**, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento nos arts. 66 do Código Civil, art. 37, da RES-PGJ Nº 08/2010, em face do que consta nos autos nº **013/2012-ARQ-2012/817487**, desta Promotoria, e tendo em vista o Parecer Técnico nº **010/2013**, elaborado pelo Técnico Ministerial Roberto Teles de Siqueira por este ATO, em **ANÁLISE, RESOLVE APROVAR AS CONTAS** apresentadas pela **Fundação Evangélica de Radiodifusão de Pernambuco - FERPE, referente ao exercício financeiro de 2011**, quanto aos seus aspectos contábeis, formais e técnicos.

Recife, 25 de fevereiro de 2013.

**Maria da Glória Gonçalves Santos**  
Promotora de Justiça

**P.A. Nº 001/2013 – ARQ: 2013/999143**  
**Assunto:** Aprovação de Ata  
**Fundação:** Fundação para Inovações Tecnológicas - TITEC

**RESOLUÇÃO nº 006/2013**

A **10ª Promotoria de Justiça da Cidadania com Atuação na Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais desta Capital**, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais,

**Considerando** o requerimento protocolado nesta Promotoria pela Fundação para Inovações Tecnológicas - FITEC que solicita a análise e a aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador, realizada em 01 de dezembro de 2012 para deliberar sobre o orçamento anual de 2013;

**Considerando** que a mencionada Assembleia fora realizada com observância das disposições contidas no Estatuto da Fundação, quanto à forma e conteúdo, respeitados o *quorum* deliberativo, e, de igual modo, as finalidades da Fundação;

**Considerando**, ainda, que o objeto da deliberação da mencionada reunião é lícito, jurídico e faticamente possível, respeitando-se o balizamento legal atinente à matéria;

**APROVAR** a Ata acima mencionada e **AUTORIZAR** seu registro no Cartório competente.

Deferir o prazo de 10 (dez) dias, a fim de que o representante da Fundação para Inovações Tecnológicas - FITEC adote as seguintes providências:

1- **Providencie**, no Cartório competente, o registro da ata de que trata esta Resolução;

2- **Protocole**, nesta Promotoria de Justiça, a certidão com inteiro teor do registro no Cartório.

Recife, 22 de fevereiro de 2013.

**Maria da Glória Gonçalves Santos**  
Promotora de Justiça

**4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU**

**Número do documento: 2388609**  
**Número do Auto: 2013/1035521**

**PORTARIA - IC Nº 002/2013**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, através do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998;

**CONSIDERANDO** que conforme disposto na Carta Cidadã, compete ao Ministério Público defender a ordem pública, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput, CF), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, inciso II, da Constituição Federal), e tendo em vista a Lei nº 10.671, de 15/05/2003 (Estatuto do Torcedor);

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público, conferida pela Lei nº 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.078/90, para instaurar Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, visando à proteção e defesa de interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** a competência do Ministério Público em ações de defesa aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei n.º 8.078/90 e Lei Complementar Federal n.º 75/93, art. 6.º, XX);

**CONSIDERANDO** que segundo estatuiu o art. 40 da Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (que dispôs sobre o Estatuto do Torcedor), a defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990;

**CONSIDERANDO** o laudo de vistoria técnica já encaminhado a esta Promotoria de Justiça pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, por meio do qual se depreende a necessidade de serem adotadas algumas providências à cargo da Federação Pernambucana de Futebol e do Central Esporte Clube, com vistas a garantir segurança e acessibilidade dos torcedores nas praças desportivas;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 23 do Estatuto do Torcedor, o qual determina a remessa, pela entidade responsável pela organização da competição, de laudos técnicos de vistoria sobre as condições de segurança dos estádios ao Ministério Público Estadual;

**INSTAURA o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**, para a adoção das medidas cabíveis;

**RESOLVE**, assim, promover as diligências necessárias para posterior promoção de compromisso de ajustamento de conduta, ação civil pública ou arquivamento das peças de informação, nos termos da lei, determinando as seguintes providências:

I – registre-se a presente Portaria no sistema de gestão de autos Arquimedes, mantendo-se a numeração dos documentos e procedendo-se com as devidas anotações;

II- encaminhe-se a presente Portaria, por meio magnético, à Secretaria Geral do Ministério Público para publicação em Diário Oficial e para o CAOP de Defesa da Cidadania;

III- comunique-se sobre a providência adotada ao Conselho Superior e à Corregedoria Geral do MPPE;

IV- ecaminhe-se ofício à Federação Pernambucana de Futebol e ao Central Esporte Clube, requisitando informações sobre as providências adotadas em torno das observações constantes no relatório de vistoria do CBMPE, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias para as respostas, com as advertências de praxe ;

V- após a chegada das respostas requertradas, enviar novo expediente ao Corpo de Bombeiros Militar com vistas a realizar nova inspeção;

VI- requisite-se da Federação Pernambucana de Futebol, em 48 horas, a remessa dos laudos de vistoria de engenharia.

Caruaru, 22 de fevereiro de 2013

**PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA**  
Promotor de Justiça

**TERMO ADITIVO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Aos vinte dias de fevereiro de dois mil e treze, no Gabinete da Promotoria de Justiça da Comarca de Afrânio, reuniram-se a Bela. ANA PAULA NUNES CARDOSO, representante do **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, a Sra. MARIA LÚCIA MARIANO DE MIRANDA, representante do **MUNICÍPIO DE AFRANIO**, Sr. SEBASTIÃO LOPES DE SOUSA, Assessor de Gabinete e membro do